

SIMULADO ESPECIAL

ISS CURITIBA

Auditor Fiscal TM

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **ISS Curitiba**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/Q9sB6JB9odWh4gsX6

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/ku13mf

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://bit.ly/4Bna7EV

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabricio Dutra

A igualação e a desigualdade

A ditadura da sociedade de consumo exerce um totalitarismo simétrico ao de sua irmã gêmea, a ditadura da organização desigual do mundo.

A maquinaria da igualação compulsiva atua contra a mais bela energia do gênero humano, que se reconhece em suas diferenças e através delas se vincula. O melhor que o mundo tem está nos muitos mundos que o mundo contém, as diferentes músicas da vida, suas dores e cores: as mil e uma maneiras de viver e de falar, crer e criar, comer, trabalhar, dançar, brincar, amar, sofrer e festejar que temos descoberto ao longo de milhares e milhares de anos.

A igualação, que nos uniformiza e nos apalerma, não pode ser medida. Não há computador capaz de registrar os crimes cotidianos que a indústria da cultura de massas comete contra o arco-íris humano e o humano direito à identidade. Mas seus demolidores progressos saltam aos olhos. O tempo vai se esvaziando de história e o espaço já não reconhece a assombrosa diversidade de suas partes. Através dos meios massivos de comunicação, os donos do mundo nos comunicam a obrigação que temos todos de nos olharmos num único espelho, que reflete os valores da cultura de consumo.

Quem não tem não é: quem não tem carro, não usa sapato de marca ou perfume importado está fingindo existir.

Eduardo Galeano. De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso.

1. A crítica desenvolvida no texto aproxima a padronização cultural da desigualdade social. Considerando a articulação entre o primeiro e o último parágrafos, assinale a alternativa que expressa adequadamente o ponto de vista do autor.

a) A ampliação do consumo permite superar a desigualdade porque assegura a todos o reconhecimento de suas identidades.

b) A diversidade humana resulta da multiplicação dos produtos oferecidos pelos meios de comunicação.

c) A imposição de padrões de consumo uniformiza os modos de vida e condiciona o reconhecimento social à posse de bens.

d) A organização desigual do mundo impede a sociedade de consumo de difundir valores comuns entre diferentes grupos.

e) A crítica dirige-se exclusivamente às pessoas que compram artigos importados para ocultar suas origens culturais.

2. No segundo parágrafo, a sequência “viver e de falar, crer e criar, comer, trabalhar, dançar, brincar, amar, sofrer e festejar” contribui para a construção dos sentidos do texto. Esse recurso:

a) estabelece uma ordem cronológica obrigatória para as experiências vividas por todos os grupos humanos.

b) cria paralelismo pela sucessão de formas verbais no infinitivo e desenvolve uma enumeração cumulativa de experiências humanas.

c) apresenta situações excepcionais que restringem a diversidade às manifestações artísticas.

d) interrompe a argumentação para introduzir ações sem relação com a defesa das diferenças culturais.

e) contrapõe atividades produtivas a práticas de lazer para hierarquizar os modos de vida apresentados.

3. Considere a expressão “arco-íris humano”, empregada no terceiro parágrafo. A respeito de seus sentidos no texto, analise as assertivas a seguir.

I. A variedade de cores evocada pela imagem representa figurativamente a diversidade humana.

II. A expressão sugere que as diferenças culturais constituem um obstáculo que a indústria da cultura deve eliminar.

III. A imagem valoriza a pluralidade de modos de vida e reforça a crítica à uniformização.

Está CORRETO o que se afirma em:

a) I e II, apenas.

b) II e III, apenas.

c) II, apenas.

d) I, apenas.

e) I e III, apenas.

4. No fragmento “num único espelho, que reflete os valores da cultura de consumo”, o vocábulo “que”:

a) é pronome relativo, retoma “um único espelho” e exerce a função sintática de sujeito de “reflete”.

b) é conjunção integrante, introduz oração subordinada substantiva e completa o sentido de “espelho”.

c) é pronome relativo, retoma “valores” e exerce a função sintática de objeto direto de “reflete”.

d) é conjunção explicativa e apresenta a causa da existência de diferentes valores culturais.

e) é partícula expletiva, pois apenas enfatiza o termo anterior, sem exercer função sintática.

5. Leia o período:

“A ditadura da sociedade de consumo exerce um totalitarismo simétrico ao de sua irmã gêmea, a ditadura da organização desigual do mundo.”

Considerando a estrutura sintática e os efeitos de sentido da pontuação, assinale a alternativa **CORRETA**.

a) A vírgula introduz um aposto de “sua irmã gêmea”; sua supressão preservaria a mesma relação sintática, pois a presença do artigo definido basta para conferir caráter explicativo ao segmento final.

b) A vírgula sinaliza a elipse da forma verbal “exerce”, permitindo interpretar o segmento final como uma segunda oração coordenada, cujo sujeito aparece depois do verbo omitido.

c) A vírgula separa um segmento que explicita o referente de “sua irmã gêmea”; sua substituição por dois-pontos manteria essa relação explicativa, realçando a identificação apresentada.

d) A vírgula poderia ser deslocada para imediatamente antes de “ao”, sem prejuízo da correção, pois esse termo introduz uma oração comparativa cujo verbo está subentendido.

e) A vírgula isola uma expressão que retoma o sujeito da oração; por isso, sua substituição por ponto e vírgula preservaria a estrutura sintática e a relação entre os termos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

6. Um computador utilizado para atendimento ao público possui leitor de código de barras, impressora térmica e terminal com tela sensível ao toque. Para classificar corretamente esses periféricos, considerando a direção do fluxo de dados em relação ao computador, deve-se reconhecer que

a) o leitor de código de barras e a impressora térmica são dispositivos de entrada, enquanto a tela sensível ao toque funciona exclusivamente como dispositivo de saída.

b) a impressora térmica é um dispositivo de entrada, pois recebe informações do computador, enquanto o leitor de código de barras é um dispositivo de saída, pois transmite dados para o sistema.

c) o leitor de código de barras é um dispositivo de entrada, a impressora térmica é um dispositivo de saída e a tela sensível ao toque desempenha funções de entrada e saída.

d) o leitor de código de barras é um dispositivo de entrada e saída, pois realiza a leitura e a transmissão de dados, enquanto a impressora térmica é exclusivamente de entrada.

e) a tela sensível ao toque é exclusivamente de entrada, pois recebe comandos do usuário, enquanto o leitor de código de barras e a impressora térmica são dispositivos de saída.

7. No Windows 11, um usuário deseja impedir que determinado aplicativo seja iniciado automaticamente ao entrar em sua conta, sem desinstalá-lo ou impedir sua execução manual. O procedimento adequado para realizar essa configuração consiste em

a) acessar o Gerenciador de Dispositivos e desabilitar o aplicativo, pois essa ferramenta controla a inicialização automática dos programas instalados.

b) acessar o Explorador de Arquivos e excluir o executável do aplicativo da pasta Arquivos de Programas, mantendo sua instalação disponível para execução manual.

c) utilizar o Windows Update para suspender a execução do aplicativo durante a inicialização, pois esse recurso gerencia os programas carregados após a autenticação do usuário.

d) acessar o Painel de Controle e desativar o serviço Windows Installer, pois esse procedimento impede a inicialização automática dos aplicativos sem afetar sua execução manual.

e) acessar Configurações > Aplicativos > Inicialização e desativar o aplicativo na lista de programas configurados para iniciar automaticamente, mantendo-o instalado e disponível para execução manual.

8. Em um sistema Linux, um administrador precisa permitir que o proprietário de um arquivo tenha permissão de leitura, escrita e execução, enquanto os integrantes do grupo e os demais usuários devem possuir apenas permissão de leitura e execução. O comando que estabelece essas permissões é

a) chmod 777 arquivo, pois concede acesso completo ao proprietário e restringe a escrita para o grupo e os demais usuários.

b) chmod 644 arquivo, pois permite leitura, escrita e execução ao proprietário e somente leitura e execução aos demais usuários.

c) chmod 755 arquivo, pois concede leitura e escrita a todos os usuários, reservando a execução exclusivamente ao proprietário.

d) chmod 700 arquivo, pois concede todas as permissões ao proprietário e permite leitura e execução aos integrantes do grupo e aos demais usuários.

e) chmod 755 arquivo, pois concede leitura, escrita e execução ao proprietário e apenas leitura e execução ao grupo e aos demais usuários.

9. Um usuário armazena documentos no Google Drive e deseja disponibilizar uma pasta para seus colegas, permitindo que consultem e adicionem arquivos, sem conceder acesso irrestrito a pessoas externas à equipe. A configuração mais adequada para atender a essa necessidade é

a) compartilhar a pasta com os endereços de e-mail dos colegas, atribuindo-lhes a permissão de Editor e mantendo o acesso geral como Restrito.

b) configurar o acesso geral da pasta como Qualquer pessoa com o link e atribuir a permissão de Leitor, pois essa combinação permite adicionar arquivos sem disponibilizá-los publicamente.

c) compartilhar a pasta com os colegas na função de Leitor, pois essa permissão permite visualizar, adicionar e excluir arquivos, impedindo apenas a alteração dos documentos existentes.

d) atribuir aos colegas a permissão de Comentador, pois essa função permite adicionar arquivos à pasta e modificar sua organização, sem conceder acesso de edição aos documentos.

e) configurar a pasta como pública e desativar as notificações de compartilhamento, pois a ausência de notificações impede que usuários externos localizem ou acessem seu conteúdo.

10. Um pesquisador precisa localizar, no Google, documentos em formato PDF publicados no domínio gov.br que contenham a expressão exata "segurança da informação". Para restringir os resultados de acordo com esses critérios, a consulta mais adequada é

a) segurança da informação site:gov.br filetype:pdf, pois a ausência de aspas garante que os termos sejam encontrados obrigatoriamente juntos e na mesma ordem.

b) "segurança da informação" site:gov.br filetype:pdf, pois as aspas indicam a busca pela expressão exata, enquanto os operadores site: e filetype: restringem, respectivamente, o domínio e o formato dos arquivos.

c) "segurança da informação" inurl:pdf site:gov.br, pois o operador inurl: identifica exclusivamente arquivos PDF, independentemente de sua extensão ou do conteúdo do endereço.

d) segurança da informação filetype:gov.br site:pdf, pois o operador filetype: restringe o domínio de publicação e o operador site: identifica o formato dos documentos.

e) "segurança da informação" related:gov.br filetype:pdf, pois o operador related: limita os resultados exclusivamente às páginas hospedadas no domínio informado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Emerson Bruno

11. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Curitiba, os vereadores estão sujeitos a impedimentos específicos desde a expedição do diploma e a partir da posse. Considerando as regras relativas às incompatibilidades no exercício do mandato, assinale a alternativa correta.

a) Desde a expedição do diploma, o vereador pode firmar contrato com o Município, desde que obtenha autorização prévia da Câmara Municipal.

b) Desde a posse, o vereador pode patrocinar causas de interesse de empresas públicas municipais, desde que não receba remuneração pelo serviço.

c) Desde a expedição do diploma, o vereador pode exercer cargo remunerado em empresa pública municipal, desde que o cargo não seja de livre nomeação e exoneração.

d) Desde a posse, o vereador não pode ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

e) Desde a posse, o vereador pode ser proprietário de empresa que mantenha contrato com o Município, desde que não exerça função remunerada nessa empresa.

12. Nos termos do artigo 214 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curitiba, as infrações disciplinares podem resultar na aplicação de diferentes penalidades administrativas. Assinale a alternativa que apresenta exclusivamente sanções disciplinares expressamente previstas nesse dispositivo.

a) Advertência, repreensão, suspensão, exoneração e demissão.

b) Advertência, suspensão, multa, cassação de aposentadoria e destituição de função.

c) Repreensão, suspensão, multa, destituição de função e demissão.

d) Advertência, repreensão, afastamento preventivo, multa e demissão.

e) Advertência, suspensão, remoção, destituição de função e demissão.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

13. Na análise de um procedimento de fiscalização, foram consideradas as proposições simples a seguir:

- p: "O contribuinte emitiu a nota fiscal do serviço.";
- q: "O imposto foi recolhido no prazo.";
- r: "O contribuinte recebeu uma notificação.".

Com base nessas proposições, considere a proposição composta a seguir.

$(p \wedge \sim q) \leftrightarrow (r \rightarrow p)$

Na tabela-verdade dessa proposição composta, o número de linhas em que ela assume valor lógico verdadeiro é

a) 2.

b) 3.

c) 4.

d) 5.

e) 6.

14. A Secretaria de Finanças de um município distribuiu uma gratificação de R$ 54.000,00 entre três auditores, em partes diretamente proporcionais ao número de autos de infração lavrados por cada um e, simultaneamente, inversamente proporcionais ao tempo médio, em dias, que cada um levou para concluir os seus processos. Os dados de cada auditor estão a seguir:

- Auditor I: 12 autos de infração e tempo médio de 3 dias;
- Auditor II: 18 autos de infração e tempo médio de 4 dias;
- Auditor III: 30 autos de infração e tempo médio de 6 dias.

Nessas condições, o valor recebido pelo Auditor III foi de

a) R$ 12.000,00.

b) R$ 16.000,00.

c) R$ 18.000,00.

d) R$ 20.000,00.

e) R$ 27.000,00.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

15. Em um levantamento realizado pela administração tributária de determinado município, foram analisados os tempos, em minutos, gastos por 12 auditores fiscais na conclusão de uma atividade de conferência documental. Os resultados foram organizados na seguinte distribuição de frequências:

Tempo (minutos)	Número de auditores
8	1
10	2
12	6
14	2
16	1
Total	12

Considerando os 12 auditores como a totalidade da população analisada, o coeficiente de variação dos tempos registrados é, aproximadamente, igual a:

a) 8,3%.

b) 12,5%.

c) 16,7%.

d) 20,0%.

e) 25,0%.

16. Em um estudo sobre a eficiência dos procedimentos de fiscalização, um órgão municipal investigou a relação entre o número de horas de treinamento técnico e a quantidade de inconsistências identificadas por cinco equipes em amostras padronizadas de documentos.

Os dados observados foram os seguintes:

Equipe	Horas de treinamento (x)	Inconsistências identificadas (y)
1	1	7
2	2	8
3	3	6
4	4	5
5	5	4

Considerando os dados apresentados, o coeficiente de correlação linear de Pearson e sua interpretação, assinale a alternativa correta.

a) O coeficiente de correlação é igual a $-0{,}9$, indicando uma forte associação linear negativa entre as variáveis, o que comprova que o treinamento provoca a redução das inconsistências identificadas.

b) O coeficiente de correlação é igual a $-0{,}9$, indicando uma forte associação linear negativa entre as variáveis, sem que isso seja suficiente para estabelecer uma relação de causalidade.

c) O coeficiente de correlação é igual a $0{,}9$, indicando uma forte associação linear positiva entre as variáveis.

d) O coeficiente de correlação é igual a -1, indicando uma associação linear negativa perfeita entre as variáveis.

e) O coeficiente de correlação é igual a 0, indicando ausência de associação linear entre as variáveis.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

17. Para reformar a sua sede, uma associação comercial contratou um financiamento de R$ 240.000,00, a ser quitado em 48 prestações mensais e consecutivas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), à taxa de juros de 1,5% ao mês. A primeira prestação vence um mês após a contratação.

O valor da 21ª prestação desse financiamento é

a) R$ 7.025,00.

b) R$ 7.100,00.

c) R$ 7.175,00.

d) R$ 7.250,00.

e) R$ 8.600,00.

18. Um contribuinte aplicou R$ 50.000,00 em um título que remunera à taxa nominal de 24% ao ano, com capitalização trimestral, no regime de juros compostos. O resgate ocorreu após 1 ano e 6 meses de aplicação.

Considere:

$1{,}06^6 = 1{,}4185$

O montante resgatado foi igual a

a) R$ 20.925,00.

b) R$ 68.000,00.

c) R$ 70.246,40.

d) R$ 70.925,00.

e) R$ 71.412,30.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADA À FISCALIZAÇÃO

Emannuelle Gouveia

19. Um órgão público pretende modernizar o atendimento ao cidadão por meio da digitalização de serviços e da automação de processos administrativos. Para que essa iniciativa represente uma transformação digital efetiva, e não apenas a substituição de documentos físicos por arquivos eletrônicos, é necessário

a) revisar e simplificar os fluxos de trabalho, integrar sistemas e dados quando pertinente e automatizar atividades repetitivas, buscando melhorar a eficiência administrativa e a experiência do cidadão.

b) converter todos os formulários impressos em arquivos PDF, mantendo as etapas de tramitação e as exigências documentais existentes, pois a digitalização dos documentos caracteriza, por si só, a transformação digital.

c) automatizar integralmente as decisões administrativas, eliminando a participação humana, pois a transformação digital exige que todos os processos sejam executados exclusivamente por sistemas computacionais.

d) implantar sistemas eletrônicos independentes em cada setor, evitando o compartilhamento de informações, pois a ausência de integração reduz a complexidade dos serviços digitais e melhora o atendimento.

e) transferir todos os serviços públicos para plataformas digitais, eliminando imediatamente os canais presenciais, pois a transformação digital pressupõe a utilização exclusiva de meios eletrônicos pelos cidadãos.

20. Um órgão público pretende utilizar um sistema de inteligência artificial para auxiliar na análise de solicitações de benefícios sociais. Durante os testes, identificou-se que o modelo apresenta taxas de erro diferentes entre grupos de cidadãos. Para garantir o uso responsável e ético dessa tecnologia, a medida mais adequada consiste em

a) manter o sistema em funcionamento sem alterações, pois a utilização de algoritmos elimina a possibilidade de discriminação nas decisões administrativas.

b) substituir integralmente a análise dos servidores públicos pelas recomendações do modelo, pois a automação assegura imparcialidade e dispensa mecanismos de revisão.

c) avaliar a qualidade e a representatividade dos dados, investigar possíveis vieses, monitorar os resultados do modelo e estabelecer mecanismos de transparência, supervisão humana e contestação das decisões.

d) eliminar os registros das decisões produzidas pelo sistema, pois a ausência de histórico impede a identificação dos cidadãos e garante a conformidade com os princípios de proteção de dados.

e) restringir a avaliação do sistema à sua precisão global, pois resultados satisfatórios nessa métrica demonstram que o modelo apresenta desempenho equivalente para todos os grupos de cidadãos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

21. De acordo com a doutrina, a distribuição das competências em matéria tributária tem peculiaridades em relação à técnica comum adotada na Constituição de 1988 para a distribuição de tarefas entre os entes federativos. Tendo esse pressuposto em mente, pode-se afirmar corretamente que:

a) apenas a União pode instituir taxas

b) a competência residual em matéria de impostos é estadual

c) os Municípios não podem cobrar contribuição de melhoria

d) a competência residual em matéria de impostos é federal

e) a competência municipal para instituir taxas é exaustivamente prevista na CF

22. Segundo a doutrina e a jurisprudência, são considerados direitos fundamentais heterotópicos:

a) aqueles que são fundamentais, mas não estão previstos no Título específico da CF

b) aqueles que são previstos em tratados internacionais, ainda que possuam previsão equivalente no art. 5º da CF

c) os que são cláusula pétrea

d) aqueles que estão previstos no art. 5º da CF

e) os direitos de nacionalidade

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

23. O poder de polícia se manifesta no cotidiano da Administração Tributária municipal. Imagine um Auditor Fiscal de Tributos Municipais de Curitiba que, em diligência num estabelecimento prestador de serviços, verifica que a empresa deixou de cumprir uma obrigação acessória prevista na legislação municipal. Diante da irregularidade, lavra auto de infração e aplica multa, e a empresa passa a questionar a legitimidade da atuação administrativa.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta sobre o poder de polícia.

a) É indelegável a pessoas jurídicas de direito privado, em qualquer hipótese.

b) A fiscalização e a sanção integram o chamado ciclo de polícia.

c) A multa aplicada é dotada de autoexecutoriedade em sua cobrança.

d) É exercido sempre de forma discricionária.

e) Tem caráter exclusivamente preventivo.

24. Para modernizar a fiscalização do ISS, a Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba avalia contratar serviços sem licitação e consulta a Procuradoria sobre a contratação direta.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

a) as hipóteses de inexigibilidade formam rol taxativo.

b) o contrato emergencial pode ser prorrogado uma única vez.

c) a dispensa por valor considera cada contratação isoladamente.

d) é inexigível licitação para serviços de publicidade de notória especialização.

e) contratado e agente respondem solidariamente por contratação direta indevida com dolo, fraude ou erro grosseiro.

DIREITO TRIBUTÁRIO - TEORIA GERAL

Fábio Dutra

25. Uma empresa foi autuada, em 2025, por infração à legislação tributária municipal, com aplicação de multa de 20% sobre o tributo devido. Enquanto a impugnação administrativa ainda estava pendente de julgamento, entrou em vigor nova lei municipal que manteve a mesma infração, mas reduziu a multa para 10%, sem alterar a incidência ou o valor do tributo. Considerando o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

a) A multa permanece em 20%, pois a lei vigente na data da infração rege definitivamente a penalidade, ainda que o ato não tenha sido definitivamente julgado.

b) A multa deve ser reduzida para 10%, pois a lei que estabelece penalidade menos severa alcança o ato ainda não definitivamente julgado, sem que isso reduza o tributo devido.

c) A multa deve ser reduzida para 10% somente se a nova lei for expressamente interpretativa da legislação anterior.

d) A redução da multa exige a extinção do processo administrativo e a edição de lei específica de anistia em favor da empresa autuada.

e) A aplicação retroativa da nova lei implica a redução proporcional do tributo devido, pois tributo e multa integram a obrigação principal

26. Uma empresa prestou serviço sujeito ao ISS em 20 de agosto de 2020. O imposto deveria ter sido antecipado pelo contribuinte sem prévio exame da autoridade administrativa, mas não houve declaração do débito nem pagamento. O lançamento de ofício já poderia ter sido realizado em 2020. Não ocorreu medida preparatória notificada ao sujeito passivo, lançamento anterior ou outra circunstância capaz de modificar a contagem do prazo. Somente em 25 de setembro de 2026 a empresa foi notificada do lançamento. Considerando o Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

a) O lançamento é atingido pela decadência, pois o prazo de cinco anos começou no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que poderia ter sido efetuado.

b) O prazo de cinco anos começou na data do fato gerador, pois a classificação do tributo como sujeito a lançamento por homologação basta para determinar esse marco inicial.

c) A notificação ocorreu em tempo hábil, pois a ausência de declaração permite somar cinco anos para homologação e outros cinco anos para o lançamento de ofício.

d) O prazo aplicável é prescricional, contado do vencimento do imposto, porque a omissão da declaração constitui automaticamente o crédito tributário.

e) A decadência somente começaria a correr depois que a fiscalização tomasse conhecimento da prestação do serviço omitida pela empresa

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN)

Rafael Henze

27. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o conceito constitucional de serviço para fins de incidência do ISS (CF, art. 156, III), julgue os itens a seguir.

I. Ao reconhecer a incidência do ISS sobre a atividade das operadoras de planos de saúde, o STF afastou a ideia de que o conceito constitucional de serviço se limita às obrigações de fazer do Direito Civil, adotando uma noção mais ampla, ligada ao oferecimento de uma utilidade a outrem, conjugada ou não com a entrega de bens.

II. Como o STF abandonou a distinção entre obrigações de dar e de fazer, a Súmula Vinculante nº 31 deixou de ser aplicada, e os Municípios podem exigir o ISS sobre a locação pura de bens móveis.

III. A cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento pode ser tributada pelo ISS, pois a atividade não se reduz a uma mera obrigação de dar, estando ligada à custódia e à conservação dos restos mortais.

IV. Uma empresa contratada por uma metalúrgica para cortar bobinas de aço em chapas, que serão depois empregadas pela contratante na fabricação de peças destinadas à venda, presta serviço sujeito ao ISS, por se tratar de atividade expressamente prevista no subitem 14.05 da lista anexa à LC nº 116/2003.

V. O licenciamento ou a cessão de direito de uso de programa de computador sujeita-se ao ISS, seja o software padronizado ou elaborado por encomenda, ainda que disponibilizado por transferência eletrônica (download).

Estão CORRETOS:

a) I e III, apenas.

b) I, III e V, apenas.

c) II, IV e V, apenas.

d) I, II, III e V, apenas.

e) I, III, IV e V, apenas.

28. A jurisprudência dos tribunais superiores sobre o ISS trouxe novidades importantes nos últimos anos. Considerando os julgados do STF e do STJ, julgue os itens a seguir.

I. Em outubro de 2026, ao julgar o Tema 118 da repercussão geral, o STF decidiu que o valor correspondente ao ISS não integra a base de cálculo do PIS e da Cofins, por se tratar de simples ingresso financeiro que transita pela contabilidade do contribuinte, sem caráter de definitividade.

II. Segundo tese firmada pelo STJ sob o rito dos recursos repetitivos, a sociedade uniprofissional constituída sob a forma de responsabilidade limitada está automaticamente excluída do regime de recolhimento do ISS por valor fixo, por ser a limitação de responsabilidade incompatível com a responsabilidade pessoal exigida pelo Decreto-Lei nº 406/1968.

III. Ao julgar o Tema 816 da repercussão geral, o STF fixou que as multas moratórias instituídas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios devem observar o teto de 20% do débito tributário.

IV. O STF declarou inconstitucionais os dispositivos da LC nº 157/2016 que deslocavam a cobrança do ISS para o Município do tomador nos serviços de planos de saúde, de administração de fundos, consórcios e cartões de crédito e débito e de arrendamento mercantil, entendendo, entre outros fundamentos, que a lei não definiu com clareza quem seria o tomador, o que gerava insegurança jurídica e risco de dupla tributação.

V. Em 2025, a 1ª Turma do STJ afastou a cobrança do ISS sobre a intermediação de serviços turísticos no exterior realizada por agência estabelecida no Brasil, por entender que o resultado do serviço se verifica onde o turista usufrui da hospedagem e dos passeios, o que configura exportação de serviços.

Estão CORRETOS:

a) I e IV, apenas.

b) II, III e V, apenas.

c) I, II, III e IV, apenas.

d) I, III e IV, apenas.

e) I, III, IV e V, apenas.

DEMAIS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Rafael Henze

29. O IPTU passou por mudanças relevantes na Constituição e na jurisprudência dos tribunais superiores. Considerando esse cenário, julgue os itens a seguir.

I. É inconstitucional a fixação, por lei municipal posterior à EC nº 29/2000, de alíquota do IPTU em razão da área do imóvel, pois a área não se confunde com o valor, a localização ou o uso do imóvel, critérios autorizados pelo art. 156, § 1º, da Constituição.

II. Após a EC nº 132/2023, o Poder Executivo municipal pode atualizar a base de cálculo do IPTU, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.

III. O IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades religiosas sejam apenas locatárias do imóvel.

IV. O locatário que assumiu, no contrato de locação, a obrigação de pagar o IPTU tem legitimidade para discutir judicialmente a cobrança do imposto e para pedir a restituição do que foi pago indevidamente.

V. A imunidade recíproca impede a cobrança do IPTU sobre imóvel da União arrendado a empresa privada que explora atividade econômica com fins lucrativos, pois a propriedade do bem continua sendo do ente público.

Estão CORRETOS:

a) I e II, apenas.

b) I, III e IV, apenas.

c) II, III e V, apenas.

d) I, II, III e V, apenas.

e) I, II e III, apenas.

30. Considerando a jurisprudência do STF e do STJ e as alterações promovidas no Código Tributário Nacional pela LC nº 227/2026, julgue os itens a seguir sobre o ITBI.

I. A imunidade do ITBI na integralização de capital social com imóveis é incondicionada e, portanto, alcança inclusive as sociedades cuja atividade preponderante seja a compra e venda ou a locação de imóveis, ressalvada a prática de simulação ou de fraude à lei para usufruir indevidamente do benefício.

II. O fato gerador do ITBI somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro.

III. Na integralização de capital, a imunidade alcança o valor total do imóvel incorporado ao patrimônio da pessoa jurídica, ainda que esse valor supere o montante do capital social subscrito.

IV. A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel em condições normais de mercado, que não está vinculada à base de cálculo do IPTU, nem mesmo como piso, e o valor declarado pelo contribuinte só pode ser afastado pelo Fisco mediante a instauração de processo administrativo próprio.

V. A LC nº 227/2026 incluiu no CTN autorização para que os Municípios cobrem o ITBI no momento da lavratura da escritura, antes do registro, com alíquota reduzida para o contribuinte que optar pelo pagamento antecipado.

Estão CORRETOS:

a) I, II e IV, apenas.
b) I e IV, apenas.
c) I, III e V, apenas.
d) II, III, IV e V, apenas.
e) I, II, III e IV, apenas.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Rafael Henze

31. Considerando as normas do processo administrativo tributário e da consulta previstas no Código Tributário do Município de Curitiba (LC nº 40/2001), julgue os itens a seguir.

I. Cientificado do lançamento, o sujeito passivo dispõe de 30 dias para impugná-lo, prazo que a autoridade fazendária poderá, atendendo a circunstâncias especiais e em despacho fundamentado, acrescer de metade.

II. O Conselho Municipal de Contribuintes é constituído de forma paritária, e os representantes do Município são indicados, em igual número, pelo Procurador-Geral do Município, dentre os Procuradores ativos e inativos, e pelo Secretário Municipal de Finanças, dentre os Auditores Fiscais de Tributos Municipais ativos e inativos, cabendo a Presidência do Conselho a Procurador indicado pelo Procurador-Geral do Município.

III. A Junta de Julgamento Tributário submeterá sua decisão a reexame necessário sempre que exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo ou penalidade em valor atualizado superior a R$ 10.000,00 para créditos de ISS e a R$ 25.000,00 para os demais tributos e multas, inclusive quando a decisão anular o lançamento por vício formal.

IV. As decisões por equidade são da competência do Conselho Municipal de Contribuintes e podem dispensar, total ou parcialmente, os acréscimos legais, inclusive a atualização monetária.

V. Na pendência da consulta, não se lavrará auto de infração nem se agravará a situação do consulente; contudo, não será apreciada a consulta formulada após o início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a matéria consultada.

Estão CORRETOS:

a) I e II, apenas.
b) I, II e III, apenas.
c) I, II e V, apenas.
d) II, IV e V, apenas.
e) I, II, IV e V, apenas.

32. Considerando as taxas disciplinadas no Código Tributário do Município de Curitiba (LC nº 40/2001), julgue os itens a seguir.

I. O fato imponível da Taxa de Coleta de Lixo ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício, e o das taxas de polícia, na solicitação da atividade municipal pelo contribuinte, salvo na Taxa de Apreensão e Depósito de Coisas ou Animais, cujo fato imponível ocorre na efetiva apreensão por agente público.

II. O valor lançado a título de Taxa de Coleta de Lixo tem como limite o montante lançado a título de IPTU para o imóvel ao qual a taxa se refere.

III. Os proprietários dos imóveis imunes ou isentos totalmente do IPTU ficam isentos do pagamento da Taxa de Expediente e da Contribuição de Melhoria relativas a esses imóveis, isenção que não alcança a Taxa de Coleta de Lixo.

IV. As entidades sem fins lucrativos são isentas das taxas pelo poder de polícia incidentes para a obtenção do primeiro alvará de localização e funcionamento, e a isenção se estende à renovação ou à expedição de outro alvará, desde que a entidade comprove a declaração de utilidade pública.

V. Na Taxa de Coleta de Lixo, o Potencial de Produção de Resíduos Sólidos (PPRS) resulta da multiplicação dos coeficientes de uso, de área e de frequência, sendo o coeficiente de uso dos imóveis não residenciais (0,8) o dobro do coeficiente dos residenciais (0,4).

Estão CORRETOS:

a) I e IV, apenas.

b) II, III e V, apenas.

c) I, III e V, apenas.

d) I, III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV, apenas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Rafael Henze

33. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 40/2001 do Município de Curitiba sobre o processo administrativo tributário, analise os itens a seguir.

I. Apresentada impugnação por quem não comprove a condição de representante legal do sujeito passivo, o reconhecimento de que não se instaurou o litígio somente poderá ocorrer após a intimação do sujeito passivo para sanar o vício de representação no prazo de 10 dias.

II. A instrução do processo compete ao departamento fiscal que promoveu a formalização da exigência, o qual poderá solicitar ao impugnante documentos e informações que entender necessários, concedendo-lhe prazo de, no máximo, 10 dias e, em caso de descumprimento, certificando a falta no processo e dando-lhe prosseguimento.

III. Quando a decisão de primeira instância não conhecer da impugnação, o recurso voluntário limitar-se-á a arguir, exclusivamente, as causas que motivaram o não conhecimento; se o Conselho Municipal de Contribuintes reconhecer o direito do sujeito passivo ao julgamento do mérito, o processo será devolvido à primeira instância para que o realize.

IV. Os representantes da Fazenda junto ao Conselho Municipal de Contribuintes poderão recorrer, no prazo de 30 dias contado da publicação da ementa, de decisão não unânime que entenderem contrária à lei ou à evidência das provas; em igual prazo, o sujeito passivo poderá recorrer à Comissão de Recursos Tributários da decisão não unânime que lhe for desfavorável.

V. A propositura de ação judicial para discussão de matéria tributária importa renúncia ou desistência, conforme o caso, do sujeito passivo à análise administrativa da mesma questão, em qualquer instância, e não será conhecido o recurso que tratar de matéria idêntica àquela submetida pelo recorrente à apreciação judicial.

Estão CORRETOS apenas os itens:

a) I e II.

b) I, III e IV.

c) II, IV e V.

d) I, III e V.

e) III, IV e V.

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

Eduardo da Rocha

34. Em uma reunião técnica, servidores do Município de Curitiba discutem os limites da autonomia municipal na disciplina do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Considerando a Constituição Federal, com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta.

a) O Município poderá fixar sua alíquota por lei específica, mas deverá adotar o mesmo percentual da alíquota de referência estabelecida pelo Senado Federal.

b) A competência compartilhada permite ao Município estabelecer, por lei complementar municipal, um regime próprio de compensação de créditos do IBS para os contribuintes estabelecidos em seu território.

c) O Município poderá fixar sua alíquota própria por lei específica, enquanto a edição do regulamento único e a uniformização da interpretação e da aplicação da legislação do IBS são exercidas de forma integrada pelos entes federativos, por meio do Comitê Gestor.

d) Nas operações submetidas à regra geral de tributação e destinadas a Curitiba, o IBS será cobrado pelo somatório da alíquota do Estado de origem com a alíquota do Município de destino.

e) A fiscalização e o lançamento do IBS serão atribuições exclusivas do Comitê Gestor

CONTABILIDADE

Gilmar Possati

35. A Comercial Araucária Ltda., tributada pelo Lucro Real, é contribuinte do ICMS e do PIS e da COFINS no regime não cumulativo, mas não é contribuinte do IPI. A empresa controla seus estoques pelo inventário permanente e avalia as saídas pelo custo médio ponderado móvel. No mês de setembro de 2026, ocorreram os seguintes fatos:

- Estoque inicial de 200 unidades do produto X, registradas ao custo total de R$ 12.000,00.
- Aquisição a prazo de 400 unidades do produto X. A nota fiscal apresentou valor das mercadorias de R$ 30.000,00, ICMS destacado de R$ 5.400,00 e IPI de R$ 3.000,00, com valor total de R$ 33.000,00. A operação gerou, ainda, créditos de PIS e COFINS apurados pela empresa no total de R$ 2.400,00.
- Pagamento à vista de frete de R$ 1.200,00 a transportador optante pelo Simples Nacional, para o transporte dessas mercadorias até o depósito da empresa, sem créditos a apropriar.
- Venda à vista de 450 unidades do produto X por R$ 54.000,00, com incidência de ICMS de R$ 9.720,00 e de PIS e COFINS de R$ 4.000,00, conforme apuração da empresa.

Com base na NBC TG 16 (R2) e considerando apenas as operações descritas, assinale a alternativa que apresenta, **CORRETA** e **RESPECTIVAMENTE**, o Custo das Mercadorias Vendidas e o Lucro Bruto do mês de setembro de 2026.

a) R$ 26.550,00 e R$ 13.730,00.

b) R$ 28.800,00 e R$ 25.200,00.

c) R$ 34.650,00 e R$ 5.630,00.

d) R$ 28.800,00 e R$ 11.480,00.

e) R$ 27.900,00 e R$ 12.380,00.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

36. Considerando as regras do Código Civil acerca da prescrição e da decadência, especialmente quanto à renúncia, à alteração dos prazos e ao reconhecimento judicial, assinale a alternativa correta

a) Os prazos prescricionais podem ser reduzidos por acordo entre as partes, desde que o ajuste seja expresso e não prejudique terceiros.

b) A renúncia à prescrição pode ser expressa ou tácita, desde que já consumada e não prejudique terceiros.

c) A decadência estabelecida por convenção deve ser reconhecida de ofício pelo juiz, ainda que a parte beneficiada deixe de alegá-la.

d) A renúncia à decadência fixada em lei é válida quando realizada após o término do prazo, desde que envolva direitos patrimoniais disponíveis.

e) A interrupção da prescrição pode ocorrer sucessivamente, desde que cada interrupção decorra de uma causa legal distinta da anteriormente utilizada.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

37. Sobre os reflexos da recuperação judicial e da falência no crédito tributário, conforme a Lei nº 11.101/2005, assinale a alternativa correta.

a) Na falência, as multas tributárias são classificadas na mesma classe dos créditos tributários, independentemente da natureza e do tempo de constituição destes.

b) Os tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência são créditos extraconcursais, pagos com precedência sobre os créditos do art. 83, respeitada a ordem nele estabelecida.

c) O deferimento do processamento da recuperação judicial não suspende as execuções fiscais, cabendo ao juízo da execução fiscal determinar a substituição da constrição que recaia sobre bens de capital essenciais à atividade empresarial.

d) Em sede de recuperação judicial, as Fazendas Públicas estão obrigadas a deferir o parcelamento de seus créditos, assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte prazos 20% superiores.

e) Na falência, os créditos tributários são pagos antes dos créditos gravados com direito real de garantia, uma vez que o tributo prefere a qualquer outro crédito concursal.

DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO

Ivo Martins

38. Considerando a Lei Federal nº 8.137/1990 e a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta a respeito dos crimes contra a ordem tributária.

a) O crime previsto no art. 1º da Lei nº 8.137/1990 consuma-se com a prática de qualquer das condutas descritas em seus incisos, ainda que não haja supressão ou redução de tributo.

b) A constituição definitiva do crédito tributário é irrelevante para a tipificação dos crimes materiais previstos no art. 1º da Lei nº 8.137/1990.

c) Os crimes materiais previstos no art. 1º da Lei nº 8.137/1990, em regra, somente se tipificam após o lançamento definitivo do tributo.

d) O pagamento integral do débito tributário após o trânsito em julgado da condenação extingue automaticamente a punibilidade dos crimes previstos na Lei nº 8.137/1990.

e) A apropriação indébita tributária prevista no art. 2º, II, da Lei nº 8.137/1990 exige que o agente seja proprietário ou administrador da empresa contribuinte.

FINANÇAS PÚBLICAS

Gabriela Zavadinack

39. No âmbito da administração pública municipal, os instrumentos de planejamento e orçamento previstos na Constituição Federal formam um sistema integrado, no qual o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual devem guardar compatibilidade entre si. Considerando essas disposições, assinale a alternativa CORRETA.

a) O plano plurianual tem vigência de quatro anos, coincidente com o mandato do chefe do Poder Executivo, iniciando-se no primeiro dia do mandato e encerrando-se no último.

b) A lei de diretrizes orçamentárias tem por função exclusiva estimar as receitas e fixar as despesas do exercício, sendo vedado a ela dispor sobre alterações na legislação tributária.

c) Em observância ao princípio da exclusividade, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

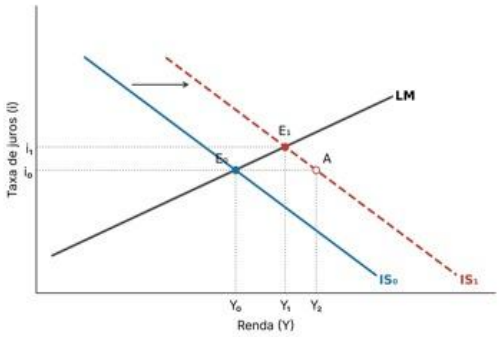
d) Os planos e programas setoriais previstos na Constituição são elaborados e apreciados de forma independente, sem necessidade de consonância com o plano plurianual, em respeito à autonomia de cada órgão.

e) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, salvo quando se tratar de obra de pequeno valor, hipótese em que basta a previsão na lei orçamentária anual.

ECONOMIA

Amanda Aires

40. O gráfico abaixo representa uma economia fechada, descrita pelo modelo IS-LM, inicialmente em equilíbrio no ponto E_0, com taxa de juros i_0 e renda Y_0. Em decorrência de uma alteração de política econômica, a curva IS desloca-se de IS_0 para IS_1, e a economia atinge novo equilíbrio no ponto E_1. O ponto A indica o nível de renda Y_2 que seria alcançado caso a taxa de juros permanecesse em i_0.



Com base no gráfico e na teoria do modelo IS-LM, é correto afirmar:

a) O deslocamento representado decorre de uma política monetária expansionista, como a redução da taxa de recolhimento compulsório, que eleva a oferta de moeda e estimula a demanda agregada.

b) O deslocamento representado é compatível com uma elevação da carga tributária, que reduz a renda disponível e desloca a demanda agregada.

c) O aumento dos gastos do governo desloca a IS para a direita e eleva a taxa de juros para i_1, o que reduz parcialmente o investimento privado. Por isso, a renda aumenta de Y_0 para Y_1, e não até Y_2, e a diferença entre Y_2 e Y_1 corresponde ao efeito deslocamento (crowding out).

d) Se a curva LM fosse vertical, como no caso clássico, o mesmo deslocamento da IS produziria o maior aumento possível da renda, pois a taxa de juros permaneceria constante em i_0.

e) Na armadilha da liquidez, com LM horizontal, o deslocamento da IS geraria efeito deslocamento total. A renda permaneceria em Y_0 e apenas a taxa de juros se elevaria.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0